A EDUCAÇÃO FRENTE À REALIDADE SÓCIOECONÔMICA: ASSIMETRIAS ENTRE A FRONTEIRA E REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Evandro Ricardo Guindani
Universidade Federal do Pampa – Unipampa/São Borja-RS
evandroguindani@unipampa.edu.br

Yáscara Michele Nelves Koga Guindani
Pontifiícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – São Paulo-SP
ymichely@yahoo.com.br

Sandro Ben Hur Gonçalves do Nascimento
Universidade Federal do Pampa – Unipampa/São Borja-RS
Sandrix999@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo busca contribuir com investigações acerca da realidade socioeconômica e a sua influência no contexto educacional, mais precisamente no rendimento escolar dos alunos. A problemática deste estudo se fundamenta numa análise entre os indicadores educacionais e indicadores socioeconômicos e evidencia que há uma relação diretamente proporcional entre uma dimensão e outra. A referida analise dos dados busca comparar os municípios situados na fronteira – com ênfase na cidade de São Borja - e aqueles situados na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul, mais próxima à capital. A definição da amostra se deu a partir das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE)[1] que agregam municípios por região geográfica. Diante desse critério, optamos por trabalhar com três CREs, sendo elas: a 10ª, a 35ª - que incluem os municípios da fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul[2] - e a 4ª - que incluem os municípios mais próximos à capital do Estado e região serrana[3]. A metodologia utilizada foi de coleta e analise de dados a partir de fontes oficiais tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013) e o Instituto Nacional de pesquisas em Educação Anísio Teixeira – INEP (MEC, 2013). A analise foi realizada a partir dos conceitos de capital cultural, configurações familiares, educação e desenvolvimento econômico. Os resultados demonstram que há uma intrínseca relação entre desenvolvimento sócio econômico e educação bem como uma clara disparidade entre a fronteira e região central do Estado. O desafio que se coloca é a urgente necessidade de políticas públicas que venham promover uma igualitária distribuição de renda, bem como um justo e equitativo desenvolvimento sócio econômico entre as regiões do Estado. Outra

[1] A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul tem uma estrutura que conta com 30 coordenadorias regionais sob coordenação direta do governo do Estado. Cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas às suas regiões, tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas oferecendo suporte administrativo e pedagógico para a viabilização das políticas da secretaria. A Coordenadoria Regional de Educação representa a secretaria na área de sua jurisdição, tendo como atribuições também o fornecimento de pessoal qualificado para atuar nas escolas e a gestão de seus recursos financeiros e de infraestrutura.

[2] Capão do Cipó, Itacorubi, Maçambará São Borja Garruchos Unistalda Santiago Alegrete Barra do Quaraí Itaqui Manoel Viana Uruguaiana.

[3] Antônio Prado Cambará do Sul Canela Caxias do Sul Farroupilha Flores da Cunha Gramado Jaquirana Nova Pádua Nova Petrópolis Nova Roma do Sul Picada Café São Francisco de Paula São Marcos

contribuição do referido estudo se dá na desmistificação do papel onipotente da educação como principal agente de transformação social.

Palavras-chave: Realidade socioeconômica; Indicadores educacionais; Disparidade regional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo colaborar no debate sobre as implicações da realidade socioeconômica no contexto escolar dos alunos. A relação entre o nível socioeconômico familiar e os indicadores educacionais - expressos pelo Ìndice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB - apontam que a disparidade entre o desenvolvimento sócio econômico pode ser determinante para o desempenho escolar dos alunos.

O objeto desta investigação assentou-se sobre uma reflexão em torno de duas dimensões vinculadas à educação, sendo eles, os indicadores educacionais e socioeconômicos dos municípios. Com relação aos indicadores educacionais optamos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que produz um indicador resultante da relação entre a proficiência dos alunos em português e matemática com as taxas de aprovação e reprovação da escola[4]. Com relação aos indicadores socioeconômicos optamos pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; percentual de indigência e pobreza e desigualdade de renda. O recorte geográfico da análise buscou problematizar as especificidades da fronteira – com ênfase na cidade de São Borja - em relação à região central e serrana do Estado com melhores índices socioeconômicos.

[4] O IDEB é um índice que relaciona informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames como a Prova Brasil e o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Ele é um indicador de grande impacto nas redes de educação básica por apontar, o quanto as unidades escolares, avançaram ou retrocederam em suas metas educacionais de qualidade.

Ao refletirmos acerca da relação entre a educação e a realidade socioeconômica, não podemos deixar de considerar a afirmação de Mészáros (2005, p.25)[5] quando afirma que: “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”. Em outra obra, o autor explica que “nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação”, ou seja, a relação entre modelo de desenvolvimento econômico e educação é diretamente proporcional. Por um lado qualquer projeto socioeconômico necessita, para ser executado, de uma mediação educacional e por outro, que a realidade socioeconômica determina o modelo e a qualidade da educação. Importa ressaltar, que esta mediação educacional, necessária a qualquer projeto socioeconômico faz com que haja um papel determinante de um determinado sistema econômico no que tange ao direcionamento das políticas educacionais.

É importante observarmos que diante da crise de um sistema econômico renova-se o discurso de dominação e da busca de bodes expiatórios para a crise. O primeiro elemento que fortemente passa a compor esse bode expiatório é o individuo e sua capacidade de superação da crise, que deve se dar por meio da busca por qualificação profissional. Cabe a ele e somente ao seu talento, criatividade e caráter inovador, a possibilidade de conquistar um espaço nesta sociedade do conhecimento e ao mesmo tempo da incerteza. Diante da crise de um sistema econômico, a educação passa a ser vista como a saída para a superação dos problemas individuais e sociais. E aí entram em cena os organismos internacionais que fazem esse papel de disseminar uma determinada ideologia educacional salvacionista. De acordo com Frigoto e Ciavata (2003) os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental. O primeiro desses eventos é a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, que inaugurou um grande projeto de educação em nível mundial, para a década que se iniciava, financiada pelas agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial. A Conferência de Jomtien apresentou uma "visão para o decênio de 1990" e tinha como principal eixo a ideia da "satisfação das necessidades básicas de aprendizagem".

As contribuições dos teóricos acima nos apontam que – dada a importância da educação para o funcionamento da economia capitalista – ela passa a assumir um papel central no discurso dominante, tanto de políticos quanto dos próprios meios de comunicação. Prolifera-se uma ideologia da educação como a grande responsável pela transformação social e consequentemente o principal ingrediente para a superação da pobreza. Ao mesmo tempo que se responsabiliza a educação, desenvolve-se uma lógica de culpabilização da escola e dos professores pelos baixos índices de desempenho e rendimento dos alunos. Como vimos acima, esta concepção está ancorada na própria logica do sistema econômico que legitima a culpabilização individual pelo fracasso. Diante do exposto, buscaremos refletir neste artigo, como não se pode responsabilizar unicamente as escolas pela tarefa do sucesso escolar dos alunos e como se faz necessário um questionamento da lógica econômica em que vivemos, antes de fomentarmos um discurso salvacionista[6] da educação. A seguir desenvolveremos uma reflexão que buscará demonstrar como as reflexões sobre qualidade da educação e rendimento dos alunos precisam serem pensadas a partir dos elementos que compõe o contexto dos alunos, tais como a família e a realidade socioeconômica, bem como seu espaço geográfico, no nosso caso específico, a fronteira.

A NECESSÁRIA RELAÇÃO ENTRE A REALIDADE SOCIOECONÔMICA E O RENDIMENTO ESCOLAR DO ALUNO

A infância e adolescência são etapas da vida – em que se encontra a grande maioria dos alunos - fortemente marcada pelo desenvolvimento físico, psíquico, emocional e social do ser humano, sendo de extrema importância a garantia da proteção social nestes ciclos. A proteção social em primeira instância é oferecida no espaço privado, na família, e em segunda no espaço público, no Estado. A desigualdade, exclusão social e pauperização acarretadas pelo modo de produção capitalista acabam por fragilizar a família cada vez mais

[6] A ideia de salvacionismo educacional está ancorada na própria dimensão religiosa, onde um salvador é o responsável pela mudança do mundo e da realidade. O termo “educação salvacionista” expressa a ideia de que a educação é o principal fator para a mudança de uma realidade.

no que tange a proteção social de seus membros e à garantia do acesso aos direitos sociais. A pauperização deixa a camada mais pobre da população em situação de vulnerabilidade social, a qual interfere diretamente no desempenho e na mobilidade social da população.

Sabe-se que a condição socioeconômica familiar bem como o acesso a bens culturais interfere diretamente no rendimento escolar do aluno. Para aprofundar essa relação entre escola e sociedade é fundamental buscarmos apoio em Pierre Bourdieu. Para Ione Valle (2007) a obra de Bourdieu torna-se, fundamental para o desenvolvimento de uma 'sociologia da educação crítica', capaz de romper com o ciclo do 'otimismo pedagógico', ainda predominante no sistema educacional, sobretudo nos discursos oficiais.

> Todo o sistema escolar está construído para identificar e reificar a inteligência, valorizar o dom e a vocação: inteligentes, dotados e vocacionados têm acesso à ciência e à cultura e serão bem-sucedidos na escola e fora dela; os demais devem acomodar-se nas habilitações sem prestígio, ocupar as funções inferiores e contentar-se com as posições subalternas (adequadas para os que não conseguiram chegar aos níveis mais elevados da pirâmide escolar). (VALLE, 2007, p.10)

Para a autora, Bourdieu procura demonstrar como se dá a adesão dos agentes sociais à ordem estabelecida e como o sistema de ensino está implicado nessa adesão, nessa cumplicidade impensada, pré-reflexiva, incorporada pelas formas de seleção e classificação, sancionadas e reproduzidas pela escola. Uma abordagem de Bourdieu sobre a teoria dos capitais também nos ajuda a elucidar a influencia desta realidade extra classe do aluno no seu rendimento escolar.

Para Barbosa (2007) quando analisamos a relação da escola com as famílias de classes populares, há uma relação de superioridade da instituição escolar com relação à realidade das famílias. Para a autora, o polo dominante é a escola, e respectivamente os professores, pois são eles que controlam os tempos e os espaços das aprendizagens, ensinam temas abstratos por meio de atividades descontextualizadas e realizam uma ação educativa fundamentalmente moralizadora. Segundo a autora, mesmo com as mudanças

pedagógicas implementadas nos últimos anos, as escolas conservam esta lógica específica de socialização e defendem apenas um modo de ser, de pensar, de responder, isto é, apenas uma forma de cultura que é reconhecida como “a legítima”.

Percebe-se assim que as famílias de camadas populares terão uma relação mais assimétrica em relação à escola do que as famílias de classe média alta. Para pensar essa relação de desigualdade entre realidade familiar e contexto escolar, o sociólogo da educação Bernstein (1996) criou o conceito de código. Segundo o autor, em função da classe social, existem diferenças nos códigos de comunicação dos filhos da classe trabalhadora e dos filhos da classe média. Estas diferenças, de acordo com o autor irão refletir nas relações de classe e de poder na divisão social do trabalho, família e escolas. Por exemplo, uma criança filha de pais analfabetos que exercem uma atividade laboral braçal e que não possuem uma linguagem nem sequer próxima da linguagem dos professores, se sentirão ainda mais distantes da escola bem como do conhecimento cientifico. Aqui também podemos recorrer à teoria de Bernstein sobre o discurso pedagógico e a recontextualização deste discurso na sociedade e nos grupos familiares. Para Mainardes & Stremel (2010, p.15) a família e a comunidade podem “influenciar o campo recontextualizador da escola e interferir em sua prática, assim como a escola pode incorporar os discursos da família/comunidade e validar o seu discurso regulador”.

Para compreendermos o processo de aprendizagem e assimilação dos conteúdos escolares se faz necessário o entendimento do contexto social, geográfico e familiar do aluno, por meio do qual este saber escolar é aprendido. E neste processo interrelacional também se compreende a forma como se exerce o controle social e a regulação de comportamentos e atitudes por parte das instituições, sejam elas a família ou a escola.

As reflexões quanto à relação entre educação, e contexto social/familiar do aluno servirão de fundamentação para identificarmos o papel determinante das condições socioeconômicas e culturais no rendimento escolar dos alunos.

A REALIDADE SOCIOECONOMICA E O RENDIMENTO ESCOLAR: UMA ANALISE COMPARATIVA ENTRE A FRONTEIRA E REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO

RIO GRANDE DO SUL

Abordaremos a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios, - como já citado anteriormente. O primeiro grupo é composto por municípios localizados na região fronteiriça do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes à 35ª e 10ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) e o segundo grupo, composto por municípios localizados na região central e serrana do Estado mais próximos à capital, pertencentes à 4ª CRE. Apresentaremos inicialmente a tabela com os indicadores de cada município e posteriormente uma análise dos dados:

Tabela 1 - Indicadores socioeconômicos e educacionais dos municípios da fronteira oeste e região central/serrana do Estado do Rio Grande do Sul[7]

CRE – Coordenadoria Regional de Educação	Município	População (Censo 2010)	Crescimento anual da população 2000 – 2010 (%)	IDEB 2011[8]	IDH (2000)[9]	Percentual de indigência e pobreza (2010)	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (2000)
35ª (Fronteira)	Capão do Cipó	3.107	0,00	3,6	Não disponível	22.5	Não disponível
	Itacorubi	3.441	-0,18	2,9	0,770	20.0	58.0
	Maçambará	4.742	-0,60	2,8	0,743	14,8	71.1
	São Borja	61.662	-0,51	3,6	0,798	9.7	65.1
	Garruchos	3.233	-1,27	4,5	0,715	20.5	58.8
	Unistalda	2.453	-0,75	5,0	0,746	22.5	61.5
	Santiago	49.082	-0,60	4,2	0,816	7.3	61.2
10ª (Fronteira)	Alegrete	77.673	-0,82	3,8	0,793	9.9	64.2
	Barra do Quaraí	4.016	0,33	4,0	0,777	26.6	65.8
	Itaqui	38.166	-0,41	3,5	0,801	12.7	64.0
	Manoel Viana	7.074	0,11	3,8	0,754	14.6	63.3
	Uruguaiana	125.507	-0,11	3,8	0,788	13.3	64.8
4ª (Serra/centro)	Antônio Prado	12.837	-0,06	3,7	0,841	1.2	55.1
	Cambará do	6.545	-0,44	3,9	0,760	5.8	56.5

[7] Os indicadores foram extraídos do Portal ODM (2013) que sistematizou os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Educação.

[8] Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente ao 9º ano das escolas públicas dos referidos municípios em análise

	Sul						
	Canela	39.238	1,56	4,1	0,818	6.4	57.2
	Caxias do Sul	435.482	1,91	4,5	0,857	2.4	55.8
	Farroupilha	63.641	1,41	5,2	0,844	2.1	53.3
	Flores da Cunha	27.135	1,37	4,9	0,839	1.6	51.7
	Gramado	32.300	1,23	4,5	0,841	3.1	54.1
	Jaquirana	4.177	-1,41	2,8	0,734	21.0	54.4
	Nova Pádua	2.445	0,20	4,6	0,832	0.3	51.0
	Nova Petrópolis	19.058	1,21	5,0	0,847	2.4	53.5
	Nova Roma do Sul	3.347	0,99	4,4	0,830	1.2	6.0
	Picada Café	5.182	1,04	5,8	0,819	2.1	7.4
	S. Fco de Paula	20.540	0,41	4,1	0,757	8.4	58.9
	São Marcos	20.105	0,59	4,4	0,843	1,7	54.2

Fonte: o Autor

Numa primeira análise dos indicadores educacionais, é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores IDEBs (entre 2,8 e 3,8) oito possuem os IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8) oito possuem os melhores IDHs, na casa dos 0,8. Dos dez municpios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Dentre os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez municípios com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, contemplam quatro municípios que estão dentre os dez melhores IDEBs. Todas essas analises nos levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, e os baixos índices educacionais correspondem a baixos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

Numa analise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro) são possíveis vários apontamentos, o primeiro deles refere-se aos IDEBs, onde a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79, já na região central e serrana esta media sobe para 4,42. Com relação ao crescimento anual da população, dos doze municípios da fronteira, dez deles apresentam um decrescimento populacional. Por outro lado, dentre os quatorze

municípios da região serrana/central, apenas três apontam um decrescimento. Com relação ao IDH, na região da fronteira, apenas dois municípios possuem um índice que ultrapasse a casa dos 0,7. Já na região serrana/central, apenas três estão na casa dos 0,7, estando todos os demais acima de 0,8. Com relação ao percentual de indigência e pobreza, na região da fronteira, dos doze municípios, onze deles possuem mais de 9% de pobres e indigentes dentre sua população, já na região serrana e central, apenas um município (dentre os catorze) possui mais de 9% de pobres e indigentes.

Uma análise sobre os indicadores de São Borja

Nesta etapa faremos primeiramente uma analise comparativa entre São Borja e seus pares pertencentes à 35ª CRE. Neste grupo de municípios, a cidade de São Borja ocupa o primeiro lugar em relação ao número populacional com 61.662 habitantes, vinte e cinco vezes a população da cidade de Unistalda que ocupa o último lugar. Com relação ao percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos, São Borja ocupa o segundo lugar com 65,1%, perdendo o primeiro posto para a cidade de Maçarambá que alcança o índice de 71.1%. Em relação ao crescimento anual da população a cidade de São Borja ocupa o 4º lugar, sendo que incluindo São Borja, todas as cidades desta CRE pontua um crrscimento negativo, o que marcadamente apresenta-se como desaceleração da natalidade. Neste índice a cidade que apresenta maior queda é a cidade de Garruchos com -1,27% e a menor queda a cidade de Itacorubi com - 0,18%. Em relação ao IDEB, o maior índice é apresentado pela cidade de Unistalda com a pontuação de 5,0 e a menor é a cidade de Maçambará. São Borja aparece em quarto lugar com o índice de 3,6.

Quanto ao percentual de indigência e pobreza, São Borja assume o quinto lugar com 9.7%. As cidades de Unistalda e Capão do Cipó contemplam os maiores índices na casa dos 22,5% e a cidade de Santiago apresenta o menor índice 7,3%.

A próxima análise diz respeito a cidade de São Borja em relação aos municípios da Serra/Centro. Com relação ao porte populacional deste grupo de municípios da 4ª CRE, Caxias do Sul apresenta-se como a maior cidade com 435.482 habitantes e o menor índice

populacional pertence a Nova Pádua com 2.445 habitantes. Neste grupo São Borja ocupa o segundo lugar com 61.662 habitantes. Em relação ao **IDH** São Borja mantinha o segundo posto em sua CRE com o índice de 0,798%, em comparação com a 4ª CRE Serra/Centro, o maior índice é de 0,897% da cidade de Caxias do Sul e o menor índice é da cidade de Jaquirana, com o número de 7,34%. Neste grupo São Borja ocupa a antepenúltima posição, com um IDH de 0,798. Em relação ao **Percentual de renda** apropriada pelos 20% mais ricos, a cidade de São Borja ocupa o primeiro lugar com um percentual na casa dos 65,1%. Neste mesmo item, Nova Roma do Sul ocupa o menor índice com 6,0%.

Em relação ao **crescimento anual,** São Borja ocupa o penúltimo lugar, ficando atrás apenas de Jaquirana. Cabe destacar que neste grupo de cidades, apenas três apresentam um decrescimento populacional.

Quanto ao **IDEB,** a cidade de São Borja ocupou a penúltima posição com índice de 3,6, sendo que o maior índice está com a cidade de Picada Café com 5,8, e o menor índice com a cidade de Jaquirana na casa dos 2,8.

Em relação ao percentual de **indigência e Pobreza** a cidade de São Borja ocupa o segundo lugar com 9,7%. Neste grupo o maior índice está com a cidade de Jaquirana com 21% e o menor índice com as cidades de Antonio Prado e Nova Roma do Sul com 2,1%.

Fica evidente que a cidade de São Borja apresenta índices sócio econômicos e educacionais desfavoráveis em relação às regiões serrana e central do Estado. Tais indicadores apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas à desconcentração de renda e promoção da justiça social, as quais precisam caminhar juntas com as politicas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve analise nos faz concluir que a melhoria dos índices educacionais, e consequentemente do rendimento escolar dos alunos depende de uma melhor distribuição de renda, diminuição da pobreza e melhoria do desenvolvimento humano como um todo. Numa mesma perspectiva a analise demonstra uma situação mais desfavorável da região da fronteira em relação à região serrana e central do estado. Com uma desigualdade de renda elevada, maiores índices de pobreza bem como piores IDHs, a região da fronteira

também detém os piores indicadores educacionais.

Retomando a relação entre educação e realidade socioeconômica, Bernstein(1996), considera que a classe social vai determinar uma aproximação ou distanciamento do aluno e da sua família para com a escola. E estas diferenças de acordo com o autor irão refletir nas relações de classe e de poder na divisão social do trabalho, família e escolas. E aqui retomamos a questão da recontextualização do discurso pedagógico nos grupos familiares. Mainardes e Stremel (2010) ao discutirem esse conceito de Bernstein, consideram que todo discurso e práticas escolares estão sujeitos a princípios recontextualizadores provindos do contexto cultural primário do aluno. Assim, a realidade social, econômica e cultural da família e da comunidade pode influenciar na compreensão ou não do discurso produzido pela escola, seja no campo dos saberes científicos, seja mesmo no universo cultural. E aqui entra novamente tanto o contexto da região da fronteira, marcado por baixos indicadores sociais, o que vai colocar as famílias numa situação assimétrica para com a escola, onde tanto professores, quanto gestores possuem um nível sócio econômico, e cultural bem acima da maioria das famílias.

Portanto ao defendermos o discurso de uma educação de qualidade ou mesmo do papel importante da educação como catalizadora de mudanças sociais, Dourado (2007) reforça que o desafio está em conferir ao termo qualidade educacional, uma conotação sociohistórica, não reduzida apenas à questão do rendimento escolar. Nesse sentido, para o autor, pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação com a melhoria das condições de vida e de formação da população. Logo, a melhoria da qualidade da educação brasileira estará envolta em princípios, que são tanto técnicos quanto políticos, e na produção e implementação de ações que promovam condições de melhoria educacional. O Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) propõe em dois de seus objetivos a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis e a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência com sucesso, na educação pública.

Percebe-se, portanto que a questão da qualidade educacional está imersa em um

contexto de múltiplos fatores determinantes. Por outro lado, o Estado precisa, por meio de alguns indicadores, mensurar a qualidade de ensino para elaborar suas políticas publicas. Para Passador & Alves (2011), a educação não foge à tendência da administração pública contemporânea que considera fundamental o acompanhamento de todas as políticas públicas através de critérios de avaliação, por acreditar que o desconhecimento dos efeitos de um programa ou projeto público pode ser muito grave. Na educação básica, o indicador que, hoje, sintetiza e avalia o desenvolvimento educacional é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Um estudo realizado por Freitas e outros (2011) acerca da avaliação em larga escala, aponta que ainda é o nível socioeconômico que determina o rendimento escolar. De acordo com os autores, numa pesquisa em 34 escolas da rede pública brasileira observou-se que à medida que o nível socioeconômico diminui, aumenta o nível de reprovação, contrariando assim o objetivo das políticas. Diante disso, pergunta-se: O Ideb está promovendo nas escolas um processo de amenização das diferenças de rendimento escolar principalmente entre os mais desprovidos de capital econômico e cultural? Sousa (2003) alerta para o fato de que a avaliação em larga escala das redes públicas de educação possui um potencial de condicionar os currículos e, desse modo, intensificar desigualdades escolares e sociais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas**. Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2028100.pdf>. Acesso em: 25 set. 2010

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico:** classe, códigos e controle. Vozes: Petrópolis, 1996.

BRASIL, Lei n. 10.172, de 9/01/2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: www.senado.org.br. Acesso em: 28 jan. 2013

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n.100 – Especial, p. 921-946, out. 2007. P.940

FREITAS, Luis Carlos; SORDI, Mara Regina; MALAVASI, Maria; FREITAS, Helena. **Avaliação Educacional:** caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes. 2011

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc**. , Campinas, v. 24, n. 82, 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php? =S0101-73302003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jul 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1.> Acesso em: 30 mar. 2013

MAINARDES, Jeferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias** v. 11 • n. 22 • xxx-yyy •maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=view&path%5B%5D=575> Acesso em 13 set. 2012. p.15

Ministério da Educação – MEC. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -** INEP. Censo 2002. Brasília-DF. 2002

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo. 2005

PASSADOR, Cláudia; ALVES, Thiago. **Educação Pública no Brasil:** condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes e Inep. 2011.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 175-190, jul. 2003

VALLE, Ione Ribeiro. A obra do sociólogo Pierre Bourdieu: uma irradiação incontestável. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.1, p. 117-134, jan./abr. 2007